



Na Mídia

11/01/2021 | [Folha de S. Paulo](#)

Questões raciais: denunciar não dispensa o agir

Chega de retórica vazia; tempo e história não pouparam a população negra

Karen Luise | Robson de Oliveira

São nos momentos de crise que os direitos das pessoas vulneráveis são mais ameaçados, em especial os da população negra. Em 2020 foram incontáveis situações de violência e violações com viés racial, agravadas pela pandemia de Covid-19, colocando o mundo em alerta. As novas tecnologias propiciaram que se registrassem mortes, agressões, microagressões e as mais variadas formas de preconceito e discriminação.

Sendo assim, não faltaram vozes declarando inconformidades e desconfortos, denunciando e repudiando veementemente ações e omissões. Não houve quem não colocasse frases potentes em seus canais de comunicação; não houve quem não sentisse necessidade de expressar engajamento e compromisso com causas que palpitam socialmente e afigem vidas reais. No entanto, há algo sendo negligenciado!



A juíza Karen Luise e o advogado Robson de Oliveira - Divulgação

O debate sobre a questão racial explodiu mundialmente, e houve congressos, palestras, encontros, painéis — todos discutindo se o racismo existe ou não e como ele opera.

Mas o que de fato foi realizado? Pouco ou nada. Enquanto isso, negros e negras continuam sendo massacrados neste país. Lamentavelmente, o genocídio da população negra está presente em nossas vidas.

São mazelas que recaem predominantemente sobre um grupo racial que hoje compõe 56% da população, tudo porque ainda se vive a utopia de que não existe racismo no Brasil.

Com efeito, é cada vez mais perceptível que existem muitas pessoas, organizações e instituições, públicas e privadas, empenhadas em defender a garantia de direitos e transformações sociais. Porém, elas próprias não se dão conta de que, mesmo sendo importante expressar pontos de vista, isso não é suficiente. É necessário que sejam adotadas medidas concretas, que demonstrem um efetivo agir transformador. Caso contrário, esses reclames encerram-se em si mesmos.

Verifica-se que as resistências encontradas nos espaços institucionais fazem com que muitos potenciais agentes de mudança optem por partir para outras frentes, quando o que a sociedade necessita é a atuação incisiva de todos, e em todos os espaços, sustentando e construindo práticas que se convertam em benefício comum.

Devemos refletir sobre quais são as medidas concretas que estão sendo efetuadas por aqueles que ocupam espaços de privilégio e poder, tendo em vista que muitos são os destinatários das notas e manifestos realizados pela sociedade e por eles próprios. Deles exige-se muito além da visibilização de questões prementes, pois estão convocados pelo seu próprio mister a estabelecer uma conexão real entre o que querem e o que fazem.

Não perceber essa circunstância significa estar exercitando uma retórica vazia, não convertendo suas ideias em um fazer político, pessoal e institucional, que responda às necessidades que apontam.

Nesse sentido, faz-se necessária a análise dos espaços de atuação social e profissional com o mesmo olhar crítico que se volta para onde estão as mazelas reclamadas, identificando quais as ações afirmativas necessárias que devem ser colocadas em prática em consonância com o que se defende.

As potentes falas devem, portanto, estar aliadas a condutas que obstaculizem e eliminem as violações denunciadas, saindo-se de um estado inercial ou apenas argumentativo.

Seria possível aqui declinar inúmeras ações concretas, factíveis, que estão ao alcance de todos, e que ao mesmo tempo ocupam o primeiro lugar nas demandas sociais. No entanto, provocamos cada um para que dentro de seu campo de atuação seja capaz de refletir e projetar o que é possível fazer, transformando suas próprias reivindicações em realidade. Muito já foi dito, mas muito precisa ser realizado, e o denunciar não dispensa o agir!

Que todas as palavras sejam fonte de provocação e reflexão, mas que todas as condutas sejam verdadeiros gestos de amor pelas gerações, presentes e futuras, que esperam ansiosamente por melhores condições de vida.

Chega de retórica vazia, pois o tempo e a história não param e não pouparam ninguém, principalmente a população negra!

Karen Luise

Juíza de direito na 1ª Vara do Júri de Porto Alegre, é membra da Associação Juízes para a Democracia (AJD) e do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TJ-RS

Robson de Oliveira

Advogado de Demarest Advogados, é membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP e coordenador do Projeto Incluir Direito